

• Política

ANC p5

CONSTITUINTE

Sistematização aprova emenda de Cabral para garantia no emprego

por Miriam Lombardo
de Brasília

O plenário da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte decidiu ontem manter o texto que trata da estabilidade no emprego, conforme o substitutivo número dois do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Ficou aprovado que são direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhora de sua condição social: "Garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em contrato a termo, nas condições e prazos da lei, falta grave, assim conceituada em lei; e justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do Trabalho".

A proposta para alteração do texto que causou maior polêmica na sessão de ontem foi a apresentada pelo deputado Max Rosenam (PMDB-PR), que propunha que o inciso "I" do artigo 6º ficasse com a seguinte redação: "Contrato de trabalho, protegido contra a demissão imotivada nos termos da lei". A presidência da mesa entendeu que a proposta deveria ser votada, apesar da oposição de muitos constituintes, e depois de quase uma hora e meia de paralisação — período no qual foram realizadas negociações no plenário — ficou mantida a decisão inicial de se votar o destaque, que acabou sendo rejeitado por 59 a 34. O destaque, que agradava aos empresários, foi defendido pelos deputados Cid

Carvalho (PMDB-MA) e Gerson Peres (PDS-PA). Contra, falaram o líder em exercício do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), e o líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli (RS). "Se quisermos ter paz social, temos que adotar o texto do substitutivo dois do relator", afirmou Chiarelli que, ao encerrar sua defesa, foi aplaudido de pé pelo plenário.

Para o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, é preocupante para o empresário brasileiro a aprovação da estabilidade no emprego conforme o segundo substitutivo de Bernardo Cabral. Reconheceu, porém, a necessidade de se conter o nível de rotatividade de trabalhadores existente hoje no Brasil.

Apesar de estar satisfeito com a manutenção do texto do relator Bernardo Cabral, o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneghelli, mostrou-se preocupado com a apreciação do tema pelo plenário da Constituinte. Para ele, o fato de o PMDB não ter sido unânime na votação da questão, acrescido do "lobby" que certamente será desencadeado pelas entidades empresariais, poderá vir a provocar uma reversão no quadro da estabilidade.

Além do texto da estabilidade no emprego, também foram mantidos, conforme estabelecido pelo substitutivo dois de Bernardo Cabral, os incisos II, III e IV, que estabelecem o direito ao seguro-desemprego, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ao salário mínimo nacionalmente unificado.

Comércio ameaça agir contra estabilidade

por Riomar Trindade
do Rio

O presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, enviou telex, ontem, às suas 1,5 mil entidades filiadas em todo o País repudiando a aprovação da estabilidade no emprego no âmbito da Comissão de Sistematização da Constituinte e convocando os empresários do comércio a uma mobilização nacional para pressionar no sentido de derrubar a estabilidade quando da votação no plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

"Constatamos, com perplexidade, a rejeição da emenda constitucional que abolia a estabilidade no emprego. E tornamos pública nossa posição de repúdio a uma decisão demagógica e danosa aos interesses nacionais", diz o documento, que alerta para o risco de demissões em

massa no setor comercial. Temporal acrescenta que os empresários não devem limitar-se ao "simples discurso de repúdio", mas agirem. "Vamos nos mobilizar para impedir a efetivação desse crime de lesa-pátria", afirma.

Também as entidades agropecuárias com sede no Estado do Rio de Janeiro, sob a liderança da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), enviaram telex aos congressistas manifestando "apreensão pela maneira como os temas trabalhistas e da reforma agrária estão sendo conduzidos na Constituinte". Sustentam que a pretexto de garantir direitos aos trabalhadores, rurais ou urbanos, "ficam os empresários e agropecuaristas sem possibilidade do exercício pleno de suas atividade que é responsável pela alimentação de uma população que aumenta a níveis assustadores".